

JOGOS DE “IMAGENS-MULHER” NA (DES)LEGITIMAÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM CHARGES NA REDE DIGITAL

Vera Lúcia da Silva^{*}
Raquel de Freitas Arcine^{**}
Silvia Caroline Gonçalves^{***}

Resumo: O estudo trata dos jogos de "imagens-mulher" que funcionaram no processo de (des)legitimação de Dilma Rousseff, em charges na rede digital, tendo como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso de linha francesa pecheutiana. O problema que norteia a análise é como as imagens acerca da mulher produzem sentidos, que ora se reproduzem, ora se transformam, e constituem a representação de Dilma Rousseff. O principal objetivo deste artigo é analisar como o imaginário acerca da mulher e as representações visuais de Dilma enquanto figura feminina podem funcionar em sua (des)legitimação como sujeito político. Para tanto, utiliza-se como material de análise duas charges que circularam na rede digital, uma em 2010 e outra em 2015, e o percurso analítico desses jogos de “imagens-mulher” se dá pelo trabalho da memória discursiva. Os resultados demonstram que a deslegitimação funciona aliando questões do campo político ao campo feminino, permitindo que o efeito de sentido se sustente pela memória discursiva machista, a qual está cristalizada na sociedade.

Palavras-chave: Jogos de imagem, Legitimação, Memória discursiva.

Abstract: The study deals with the "images-woman" plays which worked in the process of (de)legitimation of Dilma Rousseff in cartoons in the digital network and the theoretical and methodological framework is the French Discourse Analysis based on the work of Michel Pêcheux. The problem that guides the analysis is how images about women produce meanings which sometimes reproduce and sometimes change themselves, and are therefore the representation of Dilma Rousseff. The main purpose of this article is to analyze, through the work of memory, how the imaginary about the woman and the visual representations of Dilma as a female figure may work in her (de)legitimation as a political subject. To do so, it uses as analysis material two cartoons that circulated on the digital network, one in 2010 and another in 2015, and the analytic movement of these “images-woman” is performed through the work of discursive memory. The results show that the delegitimization sense works linked to feminine field questions, thus enabling that meaning effects sustains itself by the male chauvinism discursive memory, consolidated in society.

Keywords: Image sets, Legitimation, Discursive memory.

*Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, PR, Brasil, vluzsilva@gmail.com

**Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, PR, Brasil, raquelarcine@hotmail.com

***Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, PR, Brasil, silviacaroll@hotmail.com

Introdução

Realizar um gesto de leitura de materialidades discursivas compostas por imagens e textos sob o viés da Análise de Discurso (doravante AD) de linha francesa peucheutiana requer especificidades metodológicas e teóricas que produzam efeitos de sentidos para além da transparência da língua, pois esta ao ser ressignificada pela teoria discursiva se constitui como opaca e atrelada à exterioridade, ou seja, aos acontecimentos sociais, históricos e ideológicos. Por isso, o presente empreendimento acadêmico vislumbra a análise de uma materialidade que circulou nas redes sociais digitais, enquanto interface de um acontecimento político oficializado em torno da Presidente em exercício Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (DR/PT)¹.

Diante da proposta de análise de charges que circulam em redes digitais, levamos em conta, segundo os pressupostos teóricos de Pêcheux (1997b), os efeitos de sentidos desses discursos, os quais são produzidos por sujeitos atravessados pelo inconsciente, ou seja, pelo discurso do Outro, mas que na produção intradiscursiva, pensa ser a origem do seu dizer, a partir de uma conjuntura marcada por um sujeito psicologizante.

Portanto, investigar os jogos de imagens-mulher na (des)legitimação DR/PT, em charges na rede digital constitui o objeto de investigação deste trabalho, mediante o imbricamento tanto do efeito visual de mulher produzido, quanto dos aspectos imaginários que se discursivizam acerca da mulher que ocupa posições sujeitos predominantemente pertencentes ao universo masculino. O termo “imagens-mulher” deriva-se da noção de “imagem-visual”, a qual foi empregada por Pimentel (2008) para se referir à imagem icônica, veiculada como representação visual, para diferenciá-las das imagens como formações imaginárias.

Desse modo, considerando os objetivos aqui propostos, a expressão “imagem-mulher” se configura pelo imaginário produzido em torno das posições ocupadas pela mulher em participação ativa na sociedade, através de cargos políticos que ao serem discursivizados capacitam o analista a analisar os jogos de imagens entre “imagens de mulher” (imaginário acerca da mulher) e “imagens-visuais” (representações visuais) de Dilma-mulher, pelo trabalho da memória discursiva, na (des)legitimação do sujeito político DR/PT em charges na rede digital, mediante a seguinte problematização: como as imagens discursivas acerca da

¹ Em virtude do processo de impeachment, no momento, o Brasil está sendo governado, interinamente, por Michel Temer (PMDB).

mulher produzem sentidos por meio de charges de circulação digital, capazes de reforçarem a (des)legitimação do lugar social de presidente?

Para isso, será utilizado como material de análise duas charges, publicadas em 2010 e 2015, que fazem referência à DR/PT, como desdobramento social, histórico e político das condições de produção dessa materialidade que foram produzidas, considerando o funcionamento da memória discursiva e da ideologia.

Em decorrência da heterogeneidade que compõe os discursos, serão levantadas as principais Formações Discursivas (doravante FD) que determinam o que pode e deve ser dito nas/pelas formulações tomadas para análise, a fim de interpretar como elas funcionam nos jogos de imagens em questão.

Como consequência da relação entre imagens de sujeito mulher (imagens-mulher) e imagens de sujeito político, será tratado o sentido de legitimidade política que funciona nesse jogo de imagens, juntamente com os efeitos produzidos para se referir à DR/PT.

O artigo está estruturado em três tópicos. Primeiramente, são apresentadas as charges juntamente com suas circunstâncias de enunciação (ORLANDI, 2013). Em seguida, faz-se uma abordagem sobre os principais conceitos que permitiram o percurso analítico, tais como sujeito, formação discursiva, formação imaginária e posição-sujeito. Por último, é realizado o gesto interpretativo do material de análise, a partir da mobilização desses conceitos.

Apenas a ponta do iceberg² – uma breve apresentação

Sendo a AD uma disciplina que reinscreve suas questões a cada movimento das práticas analíticas, o que significa dizer e compreender a teoria na sua relação com a análise, optou-se por iniciar o presente estudo apresentando o material de análise, juntamente com a descrição do contexto imediato pelo qual circulou.

A primeira charge³ foi publicada no dia 21 de maio de 2010, em plataforma virtual (um blog cujo autor é um *designer* gráfico e ilustrador), tendo como título a frase “Quem tem o maior índice” e faz referência às pesquisas que aferem o índice de intenção de voto, uma vez que aquele foi um ano eleitoral em que José Serra, candidato pelo PSDB e DR/PT lideravam na disputa para Presidente da República.

² O título desta seção faz alusão ao que Paul Henry afirma sobre a concepção discursiva-ideológica da linguagem, quando, ao retomar Pêcheux, explica que o papel desempenhado pela linguagem vai além de mero instrumento de comunicação, sendo esse aspecto “somente a parte emersa do iceberg” (HENRY, 1997, p. 26).

³ Charge disponível em http://ciceroart.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html

Com plano de fundo em tom alaranjado, tem-se a caricatura destes dois candidatos e o enquadramento contempla o corpo inteiro de ambos. A representação de José Serra se dá por um personagem trajando calça azul, camisa branca e suéter marrom, enquanto a representação de DR se dá por uma personagem vestindo calça social e blazer, sendo as duas peças de cor cinza. Dispostos frente a frente, de perfil, cada personagem está puxando para frente o elástico da cintura de suas calças. Há um balão acima da cabeça de cada candidato, representando a fala, em que no balão acima da cabeça de José Serra lê-se o número 33,2% e o balão acima da cabeça de DR, o número 35,7%. O efeito cômico, em uma interpretação superficial, se dá pela ambiguidade, pois se sabe que os números apontam para o índice de intenção de votos, mas os gestos de comparação desses personagens depreendem que a aferição corresponde a outra coisa, caso que será analisado discursivamente na seção de análise.

DR/PT, enquanto Ministra da Casa Civil e que ainda não havia exercido nenhum cargo eletivo, recém-recuperada de um câncer linfático, era indicação petista para suceder Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), cujo mandato estava completando oito anos. Na ocasião, era a primeira vez em que uma presidenciável tinha tanta intenção de voto, mas não era a primeira vez em que uma mulher se candidatara para ocupar o cargo de Presidente da República. Tal fato aconteceu já em 1989, com a candidatura de Livia Maria Pio, pelo Partido Nacionalista (PN), porém a forma como a candidatura de Dilma foi discursivizada pela mídia produziu um efeito de ineditismo.

Assim, um acontecimento noticiado pelo tripé não transparente da imagem, do som e, principalmente, pela língua opaca que falta e falha na sua incompletude (ORLANDI, 2013) capaz de produzir efeitos de sentidos pautados na existência de uma história que não se limita somente à noção de conteúdo, mas a uma historicidade capaz de reunir processos simbólicos que consideram a heterogeneidade da língua, “juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação” (NUNES, 2007, p.374).

As condições de produção dessa imagem estão calcadas na história, por isso, ao propor um trabalho de análise envolvendo a imagem deve-se pensá-la na relação com a exterioridade e questionar suas condições de produção e circulação. Sobre as condições de produção, Pêcheux (1997a) destaca a seguinte definição:

[...] enunciaremos, a título de proposição geral, que os fenômenos linguísticos superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo

e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismos que chamamos de “condições de produção” do discurso (PECHÊUX, 1997a, p. 78 – grifos do autor).

Consideradas em um sentido mais amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico. Diante disso, é relevante apresentar a descrição da segunda charge.⁴

Publicada no dia 9 de julho de 2015, também em plataforma virtual, a charge traz a imagem de um personagem em um posto de combustível, vestindo calça social, camisa e gravata, segurando o bico de uma bomba de posto. Atrás dele, há um carro estacionado e o enquadramento da charge contempla a parte lateral e traseira do veículo, onde costuma ficar a boca do tanque de combustível dos veículos. Exatamente neste local, há um adesivo de uma mulher deitada com as pernas abertas, circundando o orifício em que é utilizado para o abastecimento do veículo. A representação da charge estava fazendo referência aos adesivos que estampavam DR em situação “constrangedora”, os quais foram comercializados pela internet. Ao lado do personagem, havia um balão, que correspondia à sua fala, com a seguinte inscrição: “Sim, este é o carro de uma família cristã que prega pela moral e os bons costumes”.

Ao observar a disputa eleitoral do ano anterior, notou-se certa regularidade por parte da mídia em apresentar o segundo turno das eleições de 2014 como sendo o mais acirrado, ficando marcado pela pequena diferença percentual de intenções de votos, entre os presidenciáveis Aécio Neves (PSDB) e DR/PT. Esse fato possibilitou a circulação de enunciados que produziram o efeito de sentido de que o país estava dividido praticamente “ao meio”, fazendo a reeleita assumir uma posição discursiva de maleável e aberta ao diálogo com a oposição, em seu discurso de posse, para o segundo mandato (2015-2018).

No início de 2015, houve mudanças quanto ao abono salarial, seguro desemprego, pensão por morte e auxílio doença. Medidas impopulares que intensificaram as críticas quanto à gestão da reeleita e permitiram irromper enunciados que faziam referência ao mote de uma das campanhas do PT, “Nem que a vaca tussa”⁵. Muitos deles eram derrisórios, inferindo relações interdiscursivas que associava a figura de DR/PT ao mamífero “vaca”.

⁴ Charge disponível para consulta em <http://blogsobralcultural.blogspot.com.br/2015/07/charge-chargista-chiquinha-discute.html>

⁵No segundo turno das eleições de 2014, tal ditado foi utilizado como um dos principais motes na campanha da então candidata Dilma Rousseff. O propósito era enfatizar aos eleitores sobre a segurança na manutenção de seus direitos trabalhistas.

Outro acontecimento que constitui a memória discursiva do segundo turno das eleições e também das condições de produção dessa charge, foram as piadas recorrentes, principalmente na mídia digital, sobre um dos debates, no qual o presidente Aécio Neves (PSDB) chamou DR/PT de leviana⁶. O deslizamento de tal enunciado pode ter deslizado para enunciados outros pela memória discursiva, produzido no intradiscorso do sujeito-autor da charge 2.

O efeito de ineditismo da candidatura de Dilma e da designação de semelhança à uma “vaca”, ressignificando seu discurso de campanha em relação à manutenção dos direitos já conquistados, ao longo da história, pela classe trabalhadora e ao adjetivo desqualificativo de “leviana”, se repetiram no cenário eleitoral, podendo ter contribuído, dentro de um jogo parafrástico, para a criação do adesivo, constituindo-se em uma rede de sentidos que possibilitaram novos dizeres, tal como o que estamos analisando.

A relação interdiscursiva enquanto algo que “[...] ‘fala antes’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (PÊCHEUX, 1997b, p. 162) retomam dizeres já-ditos nas charges em questão, produzindo uma rede de sentidos a ser resgatada pelo gesto de interpretação do analista, mediante a priorização das condições de produção que apresenta as circunstâncias em que o discurso foi produzido, parafraseando Pêcheux (1997a), contribuindo ideologicamente para a produção dessas charges.

Após o tateamento das condições de produção do material de análise proposto, apresentaremos os conceitos básicos para interpretar os efeitos de sentido produzidos nas charges em questão.

Operadores de interpretação - aporte teórico

Partindo do princípio de que a AD “concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2013, p. 15), rememora-se que tal perspectiva teórica está alicerçada no imbricamento da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo (PÊCHEUX, 1997b; ORLANDI, 2013). Cada um desses domínios disciplinares traz consigo contribuições que, ao serem mobilizadas, permitem uma análise que tenha o discurso como objeto de estudo. Respectivamente, tais contribuições dessas filiações teóricas possibilitaram trabalhar noções de não-transparência da linguagem e incompletude, o sujeito atravessado pelo inconsciente e o materialismo histórico, na perspectiva da historicidade e da

⁶ Debate eleitoral ocorrido no dia 14 de outubro de 2014.

contradição. Uma vez que a problemática do artigo consiste em investigar como as imagens acerca da mulher funcionam na representação de DR, a importância de utilizar a noção de contradição constitutiva como norteadora do percurso teórico é que tal categoria da AD possibilita que se compreenda a relação de forças que estão presentes nos enunciados, a qual possibilita a alternância entre reprodução e transformação de efeitos de sentido.

Pelo viés do materialismo histórico, a contradição pode ser explicada pela existência da luta de classes, que, pela perspectiva marxista, configura-se como sendo o “motor da história”. A partir desse pressuposto, Althusser cita a afirmação de Marx, explicando

[...] *o primado da contradição sobre os contrários* que se enfrentam, que se opõem. A luta de classes não é o efeito derivado da existência das classes, que existiriam *antes* (de direito e de fato) de sua luta: a luta de classes é a forma histórica da *contradição* (interna a um modo de produção) que *divide* as classes em classes. (ALTHUSSER, 1978, p. 27)

Dito de outra forma, não é porque existem as classes que, como consequência, há luta entre elas, mas é a própria luta de classes – “forma histórica da contradição” – que faz essa divisão.

Corroborando com essa perspectiva de que o real da história é a contradição, Pêcheux faz uso da expressão “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” na tentativa de “esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso”. Ao utilizar o termo “reprodução/transformação”, o filósofo ressalta “o caráter intrinsecamente contraditório de *todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes*” (PÊCHEUX, 1997b, p.143-144), explicando que a reprodução e a transformação não são forças opostas, mas que a luta de classes atravessa o modo de produção. Ressalta ainda que, na área da ideologia, as lutas de classe passam pelo que Althusser (1974) denominou de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), sendo estes o lugar de reprodução e, contraditoriamente, transformação das relações de produção.

Pêcheux (1997b, p. 160) ao definir a FD como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada – posição dada – numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta classes, determina *o que pode e deve ser dito*, articulado sob a forma de uma arenga, sermão, panfleto, exposição, programa, etc”, aponta a heterogeneidade como característica fundamental.

Desse modo, a heterogeneidade fundamenta a luta de classes materializada na história, marcando as relações, bem como, a inexistência de classes homogêneas que, uma vez dispostas frente a frente, fez-se desencadear a luta entre elas. Assim, há uma contradição constituinte nos enunciados que pertencem a uma determinada FD, os quais apontam para seu caráter heterogêneo. Indursky (2005) explica sobre essa característica quando traça as diferenças de tal conceito entre a perspectiva foucautiana e a peucheutiana. As elucidações da estudiosa a respeito desta última perspectiva é que a “FD é o campo em que ocorrem repetições, mas também transformações, apontando o caráter “*intrinsecamente contraditório*” que regula as relações de produção” (INDURSKY, 2005, p.185).

Outro aspecto que constitui o processo de formulação de sentidos é que a contradição constitutiva do discurso aponta para o sujeito da contradição. A descoberta do inconsciente foi mais um motivo que enfraqueceu a maneira positivista-estruturalista de se pensar (produção do conhecimento), uma vez que o homem não é mais o centro - o ponto de partida - para a explicação das coisas. Conforme Henry (1997), o hábito de fazer da natureza humana um princípio explicativo

[...] foi herdado da teologia cristã (a qual colocava Deus atrás da natureza ou do espírito humano – assim como atrás de cada coisa, mas em uma posição privilegiada, de eleição – como princípio explicativo último de tudo que é concernente ao homem) e da filosofia clássica, que elaborou sobre esta base sua concepção do sujeito *humano* (sob diversas denominações como, por exemplo, a *Razão*) (HENRY, 1997, p. 27-28).

O deslocamento do sujeito centrado para o cindido pode ser associado ao que Althusser já criticava sobre a “liberdade pequeno-burguesa”, quando refutou a tese de John Lewis de que é o homem que faz a história (ALTHUSSER, 1978). Dito de outro modo, a descoberta de que o homem não é autônomo (desmantelando a ilusão do sujeito adâmico) reitera a crítica que Althusser fazia em relação a essa produção de conhecimento sustentada pela ideia de transcendência e liberdade do homem.

Nesta nova concepção de sujeito, há o processo de interpelação pela ideologia, no qual esse sujeito descentrado pode assumir posições diferentes dentro de uma mesma FD, o que explica sua heterogeneidade citada anteriormente. Essa diversidade de posições-sujeito são o que Pêcheux chama de tomadas de posição (PÊCHEUX, 1997b, p. 215), explicando que existem três modalidades de desdobramento desse processo de assujeitamento: a

identificação, a contraidentificação e a desidentificação. A primeira tomada de posição diz respeito à identificação plena por parte do sujeito do discurso em relação à FD que o afeta (chamada de “bom sujeito”). A segunda caracteriza-se por ser o sujeito que se identifica com restrições aos saberes da FD da qual faz parte (chamada de “mau sujeito”). E a terceira tomada de posição é o sujeito que não é interpelado por aquela FD, isto é, seu distanciamento é tão grande que ele se identifica com a forma-sujeito de outra FD.

Sobre essa questão, Indursky (2005) reitera que a existência de tomadas de posições diferentes sinaliza a heterogeneidade das FDs, uma vez que a segunda modalidade permite que elementos provenientes de outras FDs sejam incorporados naquela da qual o “mau sujeito” faz parte. Ainda sobre esse aspecto, é possível acrescentar os estudos de Cazarin (2013, p. 177). Ao associar o ponto de vista de Arendt (“os homens são iguais, mas diferentes”) com o de Rancière (“a desigualdade só é possível pela igualdade”), a estudiosa os mobiliza para a compreensão de FD e posição-sujeito, no que se refere à noção de divergência e diferença. Enquanto a primeira configura-se como um lugar de constante tensão no interior de um determinado domínio de saber, ficando difícil traçar fronteiras entre as FDs que o constitui, a segunda noção corresponde à diversidade de pontos de vistas que convivem em uma mesma posição-sujeito. Tanto a divergência quanto a diferença apontam para o caráter heterogêneo das FDs.

O funcionamento do processo de identificação que possui efeito de evidência para seus sujeitos é semelhante ao do reconhecimento quanto à legitimidade política. É importante destacar que tal questão será problematizada, neste artigo, a partir dos estudos de Bourdieu (1998) sobre o poder simbólico da linguagem. Embora o referido autor pertença à perspectiva estruturalista, suas contribuições sobre tal noção auxiliam nas discussões sobre legitimidade política.

Para o estudioso, as palavras fazem parte da construção das coisas sociais; a linguagem possui uma eficácia simbólica na construção da realidade. Todavia, essa autoridade conferida à linguagem vem de fora – é delegada – e seu uso depende da relação entre a posição social do locutor, as propriedades do discurso e as propriedades da instituição que autoriza o locutor (o porta-voz) a pronunciar tal discurso.

Em consonância com Austin, ele trata sobre o discurso de autoridade, explicando que

a especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que

possa exercer seu efeito próprio. Tal *reconhecimento* (fazendo-se ou não acompanhar pela compreensão) somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo [...] (BOURDIEU, 1998, p.91).

Na esteira desse raciocínio, pode-se associar o discurso de autoridade com a legitimidade política pelo fato dela funcionar de maneira semelhante: a legitimidade é atribuída, possui um efeito de evidência, precisa de um uso, de uma situação e de formas que são reconhecidas como legítimas para um sujeito-político.

Do mesmo modo que “a linguagem de autoridade governa sob a condição de contar com a colaboração daqueles a quem governa” (BOURDIEU, 1998, p.91), a legitimidade política necessita da cumplicidade e do reconhecimento por parte dos eleitores/cidadãos.

Ainda a respeito do reconhecimento, é possível conciliar os estudos de Lagazzi (2007) sobre o aspecto político na linguística, quando salienta que na relação entre legitimidade e instituição – dentro de uma perspectiva materialista – é importante compreender “os processos de identificação do sujeito, nos quais o reconhecimento produzido pela ideologia é um efeito fundante” (LAGAZZI, 2007, p.12). Este reconhecimento, portanto, é um processo simbólico, o que indica que há um jogo de representações, as quais são constituídas por linguagem, que, como dito anteriormente, possuem a eficácia simbólica na construção da realidade.

A discussão realizada até aqui sobre a contradição constitutiva do discurso, a heterogeneidade constitutiva das FDs e a noção de legitimidade como processo de reconhecimento que se dá pelos jogos simbólicos materializados pela linguagem abrem caminhos para avançar ao próximo passo, que é compreender como funciona esse jogo de representações (visual e imaginário), mais especificamente, o jogo de “imagens-mulher” de DR/PT.

Pêcheux (1997a), ao reformular o esquema informacional de Jakobson, propõe o que se chama de Formações Imaginárias. Tal dispositivo tinha o objetivo de analisar os efeitos de sentidos entre os sujeitos – não se trata de sujeitos empíricos, mas de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” – nos processos discursivos. Para o filósofo,

[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). (PÊCHEUX 1997a, p. 82).

Pêcheux inclui em seu conceito de formações imaginárias a questão do referente, o qual, assim como os protagonistas do discurso, pertence às condições de produção de um determinado processo discursivo. Destaca-se ainda que o referente, nas formações imaginárias, trata-se de um objeto imaginário, isto é, o ponto de vista do sujeito, e não a realidade física.

Mobilizando tal definição para a proposta deste estudo, é possível relacioná-la com a noção de imagens de mulher (imaginário acerca da mulher) e imagens-visuais de mulher, isto é, suas representações visuais. Neste caso, DR/PT é o referente, pois as charges falam a respeito dela; há um discurso sobre o sujeito político Dilma. Tal como alerta Pêcheux (1997a), os sujeitos desse jogo de imagens não se configuram como sendo sujeitos empíricos, mas sujeitos de um determinado discurso, sujeitos que estão circunscritos em uma determinada FD.

Assim, falar sobre formações imaginárias é levar em consideração a existência de FDs divergentes e de posições-sujeito diferentes que estão em jogo (lembrando que a noção de divergência e diferença aqui tratada não se configura como blocos homogêneos em conflito, mas apontam para a contradição constitutiva discutida anteriormente).

Em um primeiro momento, é possível notar que as FDs mais marcadas nos enunciados propostos para análise permeiam assuntos do âmbito político-midiático, familiar e humorístico, todas funcionando no processo de constituição de sentidos sobre as imagens-mulher de DR/PT. Cabe aqui levantar as principais características de cada uma delas para que seja tomada uma posição teórica, levando em consideração o funcionamento da memória de cada uma e, assim, corroborar na sequência no trajeto analítico.

Em relação à esfera política, Cazarin (2013) traz contribuições sobre a relação da AD e sua interface com o político. Ao citar Arendt e Rancière, a autora destaca que a dissensão é constituinte desse campo, havendo uma lógica paradoxal em que a racionalidade da política é uma racionalidade do desentendimento por essência. Acrescenta a noção de político proposta por Corten – representação das forças políticas – para explicar o funcionamento do discurso, o qual acontece na cena discursiva de interlocução, lugar onde os elementos perpassam a sociedade e que são vistos como forças políticas (CAZARIN, 2013).

Deve-se levar em consideração que os discursos políticos circulem pela mídia. Assim, será compreendido que o campo político está imbricado com o midiático e essa relação implica a articulação entre lógica capitalista, campo social e rede, estabelecendo a

comunicação como uma “esfera de poder especializado”, que se depara com outros poderes, dentre eles a política (RUBIM, 2000, p. 28).

A partir desse pressuposto de que não há como dissociar o campo político do midiático, vale destacar que a mídia, mais especificamente a jornalística, se apresenta como sendo um dispositivo de exercício da cidadania, por desempenhar o papel informativo, educativo e de orientação social.

As charges também produzem um efeito de humor e, em relação à FD humorística, considera-se que tal mecanismo se manifesta de várias maneiras, mas as características recorrentes do gênero discursivo charge é a derrisão (BENITES; MAGALHÃES, 2010, p. 154) e a ironia (ROMUALDO, 2000, p.78). Esse funcionamento aproxima-se da explicação de Baronas (2005 apud BENITES; MAGALHÃES, 2010, p.154), quando define derrisão como “uma espécie de ‘amabilidade verbal’ violenta que por produzir o riso foge das sanções negativas da legislação e, principalmente, da opinião pública”. Nesse sentido, no gênero textual charge, há a possibilidade de acusar e criticar sem muitas restrições, pelo fato deste “lugar-piada” estar legitimado e livre de implicações jurídicas.

O funcionamento da memória de imagens de mulher (imaginário acerca da mulher) que decorrem desse imbricamento entre as FDs supracitadas será interpretado na próxima seção, pois entender esse processo é um passo importante para a compreensão dos enunciados propostos para a análise.

A palavra em movimento – uma proposta de análise

Sabe-se que ao interpretar os discursos pelo viés da AD, é necessário considerar em qual gênero textual tais enunciados foram materializados, uma vez que o gênero é constituinte dos sentidos produzidos, pois além de fazer parte das condições de produção, pode ser associado com a noção de FD no que se refere ao que é permissível e ao que é interdito dizer (PÊCHEUX, 1997b). Assim, o gênero discursivo charge sob análise produz, pelo modo verbo-visual, efeitos de humor e crítica, considerando os aspectos sociais e ideológicos que permeiam a FD política.

Outro fator que é constitutivo dos enunciados é o suporte no qual eles foram materializados, pois no caso em questão, trata-se da plataforma virtual, pois as charges circularam em *blogs*. As charges *online* possuem uma especificidade quanto ao modo de

circunscrição: ao contrário das charges impressas, que geralmente aparecem associadas a outros textos jornalísticos, as da plataforma virtual estão distribuídas, em sua maioria, isoladamente, o que, conforme Benites e Magalhães (2010) faz com que essa diferença torne-se significativa quanto às práticas discursivas, pois envolvem condições de produção bastante diferenciadas. Desse modo, este suporte ajuda a constituir os efeitos de sentido produzidos pelas charges, pois a maneira como elas aparecem circunscritas faz decorrer o efeito de unidade e naturalização. Como se apresentam de maneira isolada, elas passam a ser a representação de um fato/situação de forma sintética, apagando outros dizeres que poderiam constituir o sentido caso estivessem relacionadas a outros textos.

O próximo passo a ser dado, que norteará o percurso analítico, é interpretar os efeitos de sentido produzidos pela articulação das FDs recorrentes nas charges. Conforme mencionado anteriormente, as FDs que ficaram mais marcadas nas charges foram as que se referem ao âmbito político-midiático, familiar e humorístico, funcionando dentro de uma FD de imagens-mulher.

A primeira charge faz referência a um assunto que constitui o pré-construído em relação ao universo masculino: a aferição entre os “competidores” de seus respectivos órgãos reprodutores, sob o inestimável prêmio da satisfação e realização daquele que tiver o número mais representativo (os modalizadores utilizados para esta explicação são propositais para tentar aproximar, em palavras, a representação desse processo simbólico que faz parte do pré-construído mencionado). Se o pré-construído configura-se como a “*exterioridade-anterioridade*” (PÊCHEUX, 1997b, p.125) e o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”) (PÊCHEUX, 1997b, p. 164), é possível vê-lo funcionando no texto imagético, pois este resgata, em termos de memória discursiva, outros já-ditos que possibilitam a interpretação do texto. O efeito de humor se dá de forma dupla: ao mesmo tempo em que um assunto do âmbito político – que possui no imaginário coletivo um “dever” de possuir caráter de sério – é representado como uma banalidade, há também a quebra da linearidade, pois um dos “competidores” é uma mulher.

Logo, a representação de Dilma nessa charge se dá por uma imagem-visual masculinizada. Ao observar suas condições de produção, os enunciados que circularam naquele período permitiram que tal representação fizesse sentido. O fato de Dilma ser a primeira mulher que tinha um alto número de intenções de voto, a forma como ela se vestia, o corte de cabelo e sua recuperação de um câncer, por exemplo, permitiram construir uma

imagem de mulher que se aproximava mais da virilidade (característica tida como masculina) do que da fragilidade (característica atribuída ao “sexo frágil”).

Retomando as expressões “processo de legitimação” e “efeito de legitimidade” formuladas por Lagazzi (2007, p.12), pelo fato de esses termos se aproximarem da constituição simbólica e ideológica da legitimidade (eles expressam que a legitimidade não é um produto acabado), essa “Dilma-masculina” foi uma das imagens-mulher que pôde apontar para a questão de sua legitimidade política, sendo essa uma das maneiras que as imagens acerca da mulher produziram sentidos em relação à DR/PT, participando, assim, da deslegitimação de seu lugar social de presidente.

Considerando o que pode e dever ser dito em uma determinada FD regida por uma determinada formação ideológica (PÊCHEUX, 1997b, p. 160), isto é, o que é permissível à mulher como sujeito político, o que lhe é legítimo fazer, dizer, aparentar e o que não é, deve-se levar em conta que dentro dessa FD há várias posições-sujeitos divergentes entre si. Logo, o que é legítimo aparentar para um pode não ser legítimo para outro. Nas palavras de Indursky (2005, p.192), “as FD estão sob o primado da contradição, e isto abre espaço para conceber a FD como heterogênea, constituída por saberes que vêm de outro lugar, de uma outra formação discursiva ou, ainda, como provenientes do interdiscurso”.

Se neste caso o sujeito político mulher é representado como um sujeito político não-mulher, há a possibilidade dessa negação se estender para o lugar social, deslizando para o sentido de sujeito não-político também. Dito de outra forma, se pela derrisão o efeito de sentido produzido foi a representação de uma mulher ilegítima (ilegítima porque infere-se que a protagonista deste estudo possui um órgão mais próximo do formato fático), logo, a figura de Dilma seria de toda ilegítima. Tal efeito nesse processo de legitimação apontaria para a deslegitimação de Dilma do seu lugar social de presidente. A contradição que se apresenta de forma polarizada (mulher x homem / feminino x masculino) aponta para a contradição constitutiva do discurso, a qual está fundamentada em relações de forças que são atravessadas pela ideologia. Essa problemática aponta para a questão da legitimidade política, isto é, é a noção de legitimidade política que está em constante contradição discursiva pelo fato de estar alicerçada nas lutas de classes.

O fato de a charge ter circulado em ano eleitoral constituiu os efeitos de sentido produzidos, pois a forma como a “situação nova” foi representada (a grande possibilidade de o Brasil ter uma mulher no cargo de presidência da República) apontou para um efeito de

instabilidade, para a noção de novo, mas associado ao desconhecido. E o que não é conhecido se distancia de ser reconhecido, reiterando o efeito de deslegitimidade.

A segunda charge não foi produzida em ano eleitoral como a primeira. Conforme dito anteriormente, em 2015, DR/PT havia sido reeleita por uma pequena diferença, o que foi noticiado pelos discursos midiáticos como sendo a disputa mais acirrada desde a redemocratização, fazendo com que ecoassem enunciados de que o país estava dividido. Em resposta à circulação destes enunciados, a reeleita disse em seu primeiro pronunciamento após o resultado que estava aberta ao diálogo.

Os discursos de humor que decorreram tanto da campanha “nem que a vaca tussa” como do debate em que a presidenciável ganhou o adjetivo qualificativo de “leviana” de seu concorrente fazem parte do interdiscurso. Sabendo da possibilidade de deslizamento de sentidos, optou-se por trabalhar com a sinonímia para compreender os possíveis sentidos da palavra “vaca” e da palavra “leviana”. A título de exemplificação, foram utilizados dois dicionários *online* e uma das definições apresentadas em relação às duas palavras convergia para sentidos muito próximos em ambas. Para a palavra “vaca” tem-se, dentre as definições, o registro “mulher devassa” e “mulher considerada má, traiçoeira e desavergonhada”. Para a palavra “leviana” tem-se “que ou aquele que não tem seriedade” e “que denota pouco juízo; desassisado”.

De acordo com Orlandi (2013, p. 78), as paráfrases e sinonímias permitem ao analista “vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão”. Esses já-ditos fazem parte do pré-construído das FDs em que há a associação da figura feminina com essas palavras, e funcionaram como memória na produção dessa charge.

Outra FD que está presente na charge é a familiar. Ao analisar a segunda charge, é possível vislumbrar as “formas da ideologia familiar (paternal/maternal/conjugal/fraternal)” (ALTHUSSER, 1974, p. 103) funcionando. Essa configuração da FD familiar está bem marcada na charge e o funcionamento do humor se dá pela ironia.

Na charge, o adesivo que foi motivo de polêmica está como referente, ou seja, ele se configura como sendo a representação da representação de Dilma. A reeleita aparece como pretexto para o levantamento de outras problemáticas, que não dizem respeito à gestão propriamente dita da figura política da presidente.

Mesmo assim, é possível perceber funcionando uma ideologia afiliada a uma FD familiar que tem como forma-sujeito a noção patriarcal de família. Dito de outra forma, ao

representar Dilma Rousseff como uma imagem “vadializada”, aciona da memória discursiva de uma FD familiar interpelada por uma forma-sujeito conservadora – patriarcal um efeito de sentido de desaprovação, que podem ser materializados linguisticamente como na frase “mulher decente não deveria agir assim”. Frases que constituem o interdiscurso, e que são materializados no intradiscurso em forma de imagens. Em um jogo parafrástico, na possibilidade de “traduzir” a imagem em palavras, é possível ter “DR não se dá o respeito”; “um presidente que não se dá o respeito não respeita os cidadãos”; “um presidente que não respeita o cidadão não me representa”; “um presidente que não me representa não pode exercer poder” e, ainda, “um presidente que não pode exercer poder não é legítimo do lugar social que ocupa”. Diante disso, tem-se um efeito de sentido de deslegitimação.

É importante lembrar que o gesto de interpretação realizado aqui não leva em conta os sujeitos empíricos, isto é, sujeito de intenção, mas os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados desses sujeitos que, apesar de terem a intenção do dizer, não têm total controle dos sentidos produzidos por esse dizer. Como o recorte temático inclui a questão da legitimidade política, o que está sendo problematizado não é a validade da crítica proposta pela charge, mas como as ideologias se manifestam por essa charge. Se o mecanismo utilizado pela chargista foi valer-se do adesivo polêmico como pretexto para problematizar outros assuntos, o presente trabalho, por sua vez, propõe o caminho inverso: investigar os processos simbólicos e representações que significam numa determinada sociedade numa conjuntura dada, para analisar o funcionamento de ideologias que permitem o efeito de evidência, isto é, que sejam interpretados tais sentidos e não outros.

A contradição de conduta (família cristã x adesivo polêmico) tratada pelo conteúdo da charge pode apontar para o funcionamento contraditório da noção de legitimidade política, referendando, neste caso, à DR/PT. Seguindo o raciocínio conteudista da charge, aquele que é interpelado por uma FD cristã deveria prezar pela moral e bons costumes, conforme está estabilizado na memória discursiva, sendo retomado no pré-construído. Todavia, a inserção do adesivo por aquele que se diz circunscrito na FD cristã configura-se como uma atitude incoerente com tal FD. À luz dos pressupostos da AD, essa incoerência comportamental é justificada pela incompletude do sujeito, pela heterogeneidade das FDs e, conseqüentemente, pela diversidade de posições-sujeito, tudo convergindo para a contradição constitutiva do discurso, que foi explanada nas seções anteriores.

Assim, aquilo que serve como motivo de denúncia e crítica na charge (para os analistas de conteúdo) serve como a materialização do funcionamento ideológico (para os

analistas do discurso). É o mesmo acontecimento, com entradas diferentes. Neste caso, a contradição está na noção de legitimidade política de DR/PT, pois em um primeiro momento houve o efeito de deslegitimação pela representação masculinizada e, posteriormente, tal efeito se deu pela representação “vadializada”. Ao comparar essas duas representações, é possível perceber, num plano superficial, que elas são antagônicas entre si (contradição de conteúdo), mas o funcionamento ideológico dessas representações aponta para o mesmo sentido: o efeito de deslegitimação política de DR.

Esse efeito de sentido pode ser relacionado ao que Cazarin (2013) trouxe como constituinte do campo político, caracterizando que a política “age em lugares e com palavras que lhes são comuns, se for preciso, reconfigurando esses lugares e mudando o estatuto dessas palavras” (RANCIÈRE, 1996 apud CAZARIN, 2013, p. 176). Desse modo, o sentido de legitimidade política que está em jogo nessas charges é fluído, é uma palavra em movimento, pois ora funciona associado a uma imagem-mulher masculinizada e ora funciona associado a uma imagem-mulher vadializada. Tal fluidez reitera o que Pêcheux (1997b, p. 160) afirma, quando explica que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas”.

Da mesma maneira funcionaram as imagens-mulher de DR/PT, ou seja, a própria palavra Dilma Rousseff é uma noção em movimento, pois houve representações distintas sobre um mesmo referente (Dilma enquanto sujeito político mulher), que funcionaram como memória no processo de constituição de sentidos e que produziram efeitos de sentido de deslegitimação de seu lugar social de presidente.

Em síntese, nota-se que tanto a questão de gênero quanto a questão de política, neste caso, estão imbricadas e se configuraram como tipos de imagem de DR que funcionaram nesse jogo como desconstrução de sua legitimidade política.

Considerações finais

O gesto de leitura realizado neste artigo não tem a pretensão de apresentar uma resposta fechada e acabada sobre a questão da legitimidade política do sujeito-político DR/PT, mas procurou analisar a maneira pela qual os sentidos são produzidos, levando em

consideração a manifestação das ideologias que se dão nas instituições, que ora são reproduzidas, ora são transformadas, mas que estão alicerçadas na lógica de contradição constitutiva da forma histórica dos modos de produção da sociedade: a luta de classes.

Se nesse jogo ideológico há a presença das relações de forças – “a história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes” (ALTHUSSER, 1978, p.28) – este ambiente de contínua tensão explica porque os sentidos não ficam estanques, e as palavras configuram-se como um lugar de disputa sem fim.

No caso em análise, foi a noção de legitimidade política que se tornou arena ideológica. E ainda: há nessas charges um jogo de imagens que aponta para o funcionamento das formações ideológicas do campo político. As palavras de Cazarin traduzem bem esse processo de (des)legitimação neste campo: “algo é político quando constitui uma cena em que se arma o litígio do jogo de legitimações através da *invenção* de uma outra questão que ninguém se colocava” (CAZARIN, 2013, p. 176, grifo nosso).

E essa “invenção” funciona como mola propulsora da luta de classes, dando sequência na história.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Portugal, Presença/Brasil, Martins Fontes, 1974.

_____. Resposta a John Lewis. In: *Posições 1*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes; MAGALHÃES, Amarildo Pinheiro. Sentido, história e memória em charges eletrônicas: os domínios do interdiscurso. In: Possenti, S.; Passetti, Maria Célia (Orgs.). *Estudos do texto e do discurso: Política e Mídia*. Maringá: Eduem, 2010.p. 149-176.

CAZARIN, Ercília Ana. A análise do discurso e sua interface com o político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTIMANN, Solange (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

CULTURAL, Sobral. *A chargista Chiquinha discute intolerância*. Blog. Disponível em <<http://blogsobralcultural.blogspot.com.br/2015/07/charge-chargista-chiquinha-discute.html>>. Acesso em 7 fev. 2016.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.p. 13-38.

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: _____; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

LAGAZZI, Suzy Rodrigues. O Político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 11-18.

LOPES, Cícero. *Quem tem o maior índice?* Blog. Disponível em <http://Ciceroart.Blogspot.Com.Br/2010_05_01_archive.html>. Acesso em 7 fev. 2016.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina (Orgs). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11.ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In.: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.p. 61-162.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

_____. *Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes*. Décalages: Vol. 1: Iss. 4. 2014. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>>. Acesso em 13 fev. 2016.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. *Versões de um ritual de linguagem telejornalístico*. 2008. 368 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2008.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia*. Maringá: Eduem, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

Artigo recebido em: 29/08/2016.

Artigo aceito em: 04/11/2016.

Artigo publicado em: 23/12/2016.